

EDUCAÇÃO NO CAMPO: PERCURSOS HISTÓRICOS NO PERÍODO COLONIAL

Dilson Vilalva Esquer

Márcia Regina do Nascimento Sambugari

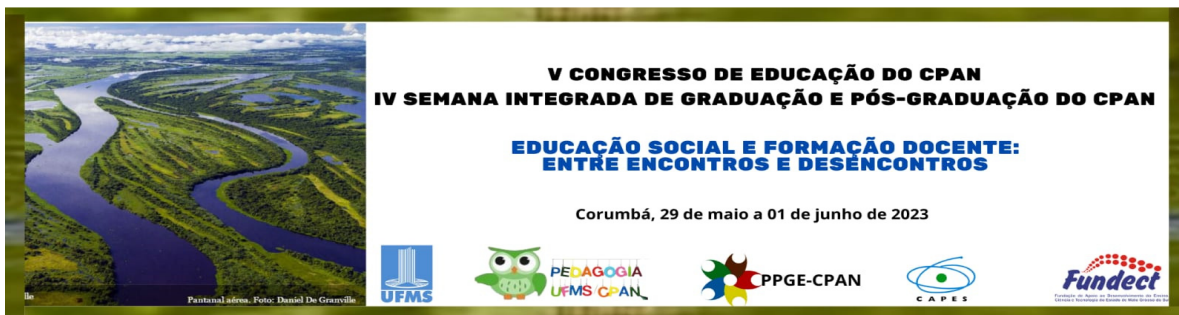
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: Este texto apresenta reflexões acerca do percurso histórico da Educação do Campo partindo da realidade que foi a constituição da educação no período colonial. Para tanto, utilizou-se como fonte primeira de dados a obra de Dermeval Saviani “História das ideias pedagógicas no Brasil” em diálogo com outros autores. Perpassando desde a educação indígena, as congregações religiosas até as reformas pombalinas, são abordados aspectos considerados fundamentais para a visualização, gênese e desenvolvimento da Educação do Campo no nosso país. Conhecer as teorias e os períodos da história do Brasil e poder relacioná-los com as vertentes pedagógicas que surgiram e que colaboraram na organização da Educação no nosso país nos dá um parâmetro muito profícuo de como esse movimento histórico influenciou de maneira direta no pensamento educativo. Ter a educação no campo como objeto de estudo permite reformular e entender muitas ações e determinações até mesmo legais, que consolidam uma visão educativa que não favorece o sujeito nem o meio em que ele vive, mas que acaba somente perpetuando uma visão menos abrangente e profunda. Mesmo sendo uma colônia predominantemente rural, a educação no campo nunca foi prioridade dentro da conjuntura social e política em todos os âmbitos em que se encontravam. Pois pensar em uma educação que valorizasse as pessoas que viviam no campo não era uma maneira de garantir a hegemonia de uma sociedade, na qual quem mantinha o controle eram os grandes proprietários de terras e de bens.

Palavras-chave: Educação no campo. Educação colonial. História da Educação.

Introdução

Este texto tem como objetivo principal fazer um levantamento do percurso histórico da Educação no Campo e seus determinantes no período colonial que caracterizam ou dão base para a atual conjuntura de atendimento a essa tipologia de ensino. Queremos com esses escritos demonstrar e organizar um recorte na linha do tempo que garanta o entendimento de como aconteceu a gênese e o desenvolvimento dessa particularidade da Educação. Olhar pela ótica histórica nos abre o caminho para preencher e transcrever nessas linhas ideários que são parte integrantes da nossa constituição como país.



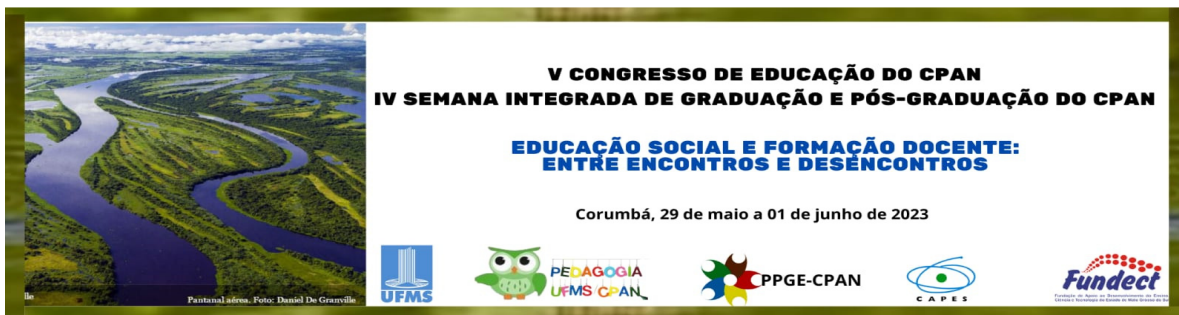
Cabe aqui destacar que mesmo estando no século XXI, compreendemos que as organizações humanas e seus sistemas são construídas por meio do percurso da história. Com isso, essa busca para indicar os aspectos da configuração da educação no campo se faz pertinente ao ponto que queremos fazer um parâmetro a partir de nossas experiências teóricas. Dessa maneira, atingir o nosso objetivo utilizamos como referencial bibliográfico principal a obra de Dermeval Saviani denominada “História das ideias pedagógicas no Brasil” (SAVIANI, 2019), em diálogo com outros referenciais de apoio como os da série denominada “Histórias e Memórias da Educação no Brasil” que tem como organizadoras Maria Sthephanou e Maria Helena Camara Bastos. (STHEPHANOU; BASTOS, 2014).

Olhar para os aspectos históricos dentro de um contexto social de uma nação ou de uma organização de pessoas nos movimenta a pensar em revisitar o passado para podermos entender o presente e com isso fazer uma reflexão acerca de tudo o que está a nossa volta e como essa conjuntura se organiza e se manifesta nas estruturas do hoje.

Se fossemos olhar para um determinado objeto de estudo somente pela lente contemporânea, certamente deixaríamos de observar todos os aspectos que se manifestaram antes do ocorrido e assim podemos então encontrar apenas um lado da história. Essas concepções unilaterais empobrecem todo e qualquer tipo de estudo ou pesquisa, por isso a obra que utilizamos é um conjunto de informações com qualidade e enriquecidos com os acontecimentos no decorrer do tempo. Contudo, cabe trazer uma reflexão dada por Saviani (2019, p. 03) na introdução de sua obra que afirma,

A história da educação brasileira vem sendo objeto de um razoável número de investigação que, via de regra, a tomam como uma totalidade viva, empiricamente dada, formulando, pela análise, algumas relações que iluminam determinados aspectos da realidade investigada, enunciados teoricamente mediante categorias simples, isto é, abstratas. Partindo daí é possível construir sistemas explicativos que, mediante categorias mais concretas, reproduzam no plano do conhecimento a realidade investigada.

Percebemos que a partir dessa mescla de informações e entendimentos podemos partir de uma realidade simples e chegar uma mais concreta na qual alcançamos o objetivo de entender o que estamos investigando. Quando falamos em história da educação possibilitamos um campo muito extenso e profícuo de dados que nos ajudam a visualizar a organização de um sistema.



Traçar linhas escritas sobre a questão da História da Educação Brasileira é uma maneira muito peculiar de trazer à tona experiências que são enriquecedoras, como nos garante Sthepanou e Bastos (2014, p. 17),

[...] procuramos pluralizar possibilidades de leitura de experiências educativas e escolares, ancoradas em uma ampla temporalidade e, ao mesmo tempo, inscritas em tempos específicos, que em seu conjunto não traçam uma trajetória linear, tampouco ascendente de uma única história da Educação. Buscamos situar o leitor em momentos fundantes, embora muitas vezes descontínuos.

O movimento intelectual que garante olhar para a história de maneira a perceber quais são os impactos que causam dentro de uma localidade e também de um contexto social, é manifestar de maneira clara que todo e qualquer período de historicidade é importante para compor um todo maior e com mais características de abrangência.

E assim então concordamos com as autoras ao afirmarem que,

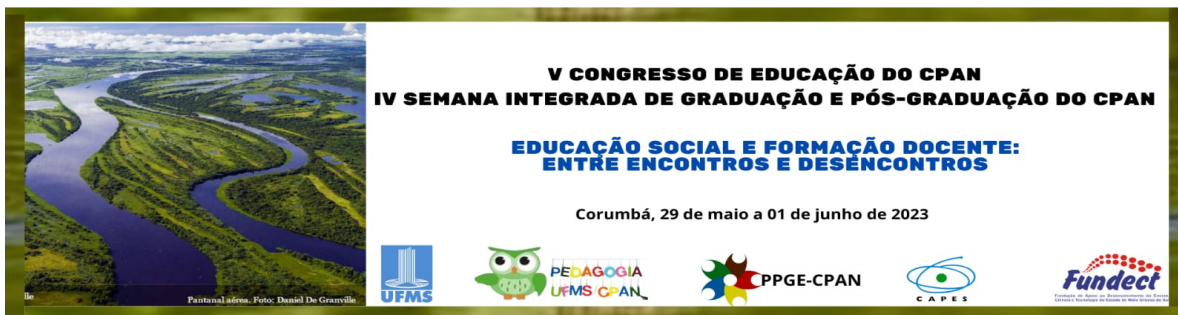
[...] permitam-nos tomar de empréstimo as palavras do mestre DUBY, renomado historiador francês, e perguntar: para que estudar, escrever, recompor histórias e memórias da educação no Brasil, se não for para mobilizar nossas potências e apostas na Educação como experiência construtiva do que somos, pensamos, agimos como educadores, ou alunos e cidadãos, sujeitos de uma cultura, historicamente produzida em movimentos de permanências e rupturas, conservação e transformação, misérias e grandezas? (STHEPANOU; BASTOS, 2014, p. 16).

Então esse envolvimento com a história da Educação deve estar abarcando todas as manifestações possíveis para se entender o que se passa e acontece em todos os momentos, pois para se compreender um momento educacional, é necessário olhar para o momento histórico e social que este está inserido.

Resgatar os indícios históricos de uma região é manter viva a memória e a identidade plena de um povo e de uma organização social, pois acreditamos que sem história não pode haver mudanças em torno de um contexto. Consideramos a História como uma grande potência na responsabilidade de modificar os quadros sociais.

Quanto a isso Sthepanou e Bastos (2014, p. 11) trazem na a apresentação do seu livro,

[...] o trabalho histórico é muito semelhante ao trabalho pedagógico. Estamos sempre a lidar com a experiência e a fabricar memórias. Hoje, as políticas conservadoras revestem-se de vernizes “tradicionais” ou “inovadores.” O seu sucesso depende de um aniquilamento da história, por excesso ou por defeito.



Por excesso, isto é, pela referência nostálgica ao passado, à mistificação dos valores de outrora. Por defeito, isto é, pelo anúncio, repetido até a exaustão de um futuro transformado em prospectiva e em tecnologia. Por isso, é tão importante denunciar a vã ilusão da mudança, imaginada a partir de um não lugar sem raízes e sem história. (grifos no original).

Saviani (2019, p. 21) aponta que:

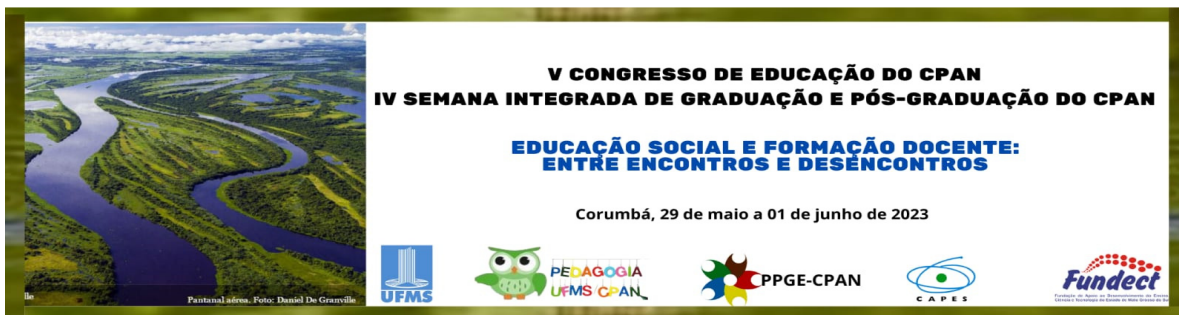
[...] o entendimento de como as ideias se encarnam na prática pedagógica assumindo uma forma específica que decorre do embate entre as ideias propriamente ditas e as condições particulares de sua implementação, como se evidencia na forma assumida pelas ideias religiosas na prática jesuítas nas condições coloniais; na metamorfose que sofreram as ideias iluministas nas práticas das aulas régias; ou no modo como os ideais liberais para a organização escolar republicana [...]

Podemos nos referir aos diversos momentos da história da Educação Brasileira como uma definição que nunca foi neutra ou até mesmo a margem de outras teorias. Importante realçar que quando traçamos caminhos metodológicos para olhar para a história, devemos ter em mente que nunca encontraremos somente uma maneira de ver e perceber o que está acontecendo no decurso histórico e cultural. Inovando ou renovando informações a constituição de um período histórico acontece quando há um chamamento para termos dados sempre atualizados.

O trabalho com dados de qualidade acaba sendo um desafio muito prazeroso e deixa o trabalho de pesquisa com um ar de novidade. Quanto a isso, Saviani (2019, p. 22) nos interpela que,

[...] tendo em vista esse objetivo de introduzir maior coerência e de consistência na ação educativa, conclui que os resultados desta ampla e complexa investigação por mim desenvolvida não deveriam ficar restrito no âmbito dos relatórios técnicos apenas acessíveis aos especialistas do campo da historiografia educacional.

Percebe-se então que toda e qualquer organização de dados que tem consistência precisa alcançar o maior número de adeptos e de pessoas que desejam conhecer e contribuir diretamente dentro das perspectivas da criação e construção do conhecimento coletivo. Quanto mais informação coerente eu possuo, maior é a possibilidade de ampliar a abrangência do público.



Traçando tempos e acontecimentos

Estamos há cerca de 472 anos de quando se iniciou a questão da educação no nosso território brasileiro. Quase meio século de vida e de desenvolvimento que podemos considerar que está ainda em um momento de organização e de estruturação, se é que isso é possível quando falamos nos referimos à educação brasileira.

Isso porque, nós, entre os séculos XVI e XIX fomos colônia de Portugal, país europeu que “descobriu” e colonizou essas terras. Mas lá na Europa, naquela época, já havia grandes ambientes considerados educacionais, estruturas prediais e até mesmo a consideração de que eram países desenvolvidos “culturalmente”.

Saviani (2019, p. 25) então expressa essa chegada abordando que

[...] o Brasil entra para a história da chamada “civilização ocidental e cristã” em 1500, com a chegada dos portugueses. As tentativas de colonização do novo território nas primeiras décadas do século XVI sofreram diversos reveses. Convenceu-se, então, o rei de Portugal, Dom João III, da necessidade de envolver a Monarquia na ocupação da nova terra. (grifos no original).

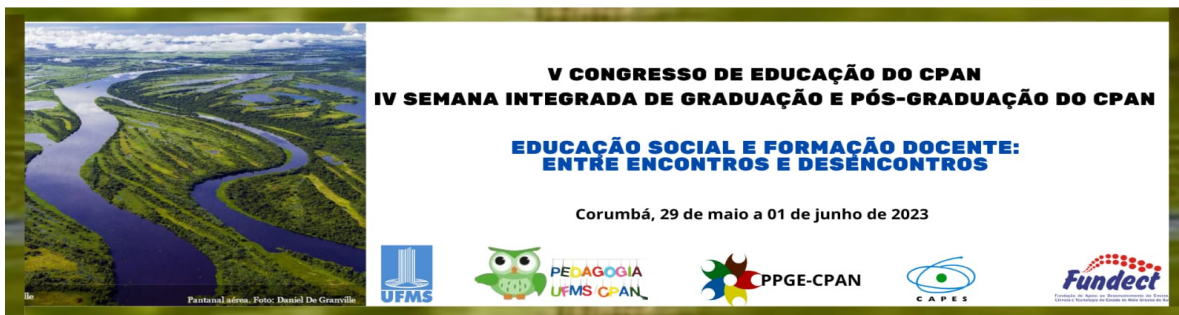
Compreendemos que Portugal não estava totalmente preparada para assumir e organizar as novas terras. Tanto que a partir do pensamento que a monarquia poderia contribuir é que se inicia os planos de fazer com que os portugueses pudessem pensar em como aconteceria esse movimento de ocupação dessa nova terra.

Em sua obra, depois de discutir a etimologia da palavra colônia e educação, Saviani (2019, p. 27) apresenta que

[...] finalmente “colo” significa honrar; venerar; Aqui do supino cultum deriva o participio passado cultus. “Culto” designava o campo que já havia sido preparado e plantado por gerações sucessivas. Refere-se, portanto, não apenas ao processo, mas também ao produto, fundidos numa mesma denominação. (grifos no original).

O autor evidencia ainda mais a questão de que sermos colônia de Portugal não nos garantiu, em primeiro plano, ter uma configuração educacional própria. Ao contrário, o modelo, ou parte dele, que acontecia na Europa, assim como as caravelas, foi trazido para estas terras, o produto já empacotado e pronto para ser aplicado.

Começamos retomando o início desse recorte histórico, pois acreditamos que as origens da nossa colonização, foi em grande medida responsável por promover a visualização de uma



educação no campo que de fato compreendesse como algo que tivesse significado e que fosse significante na organização do nosso sistema educacional.

Reforçando a informação de que como a educação iniciou aqui no Brasil, Saviani (2019, p. 28) indica que:

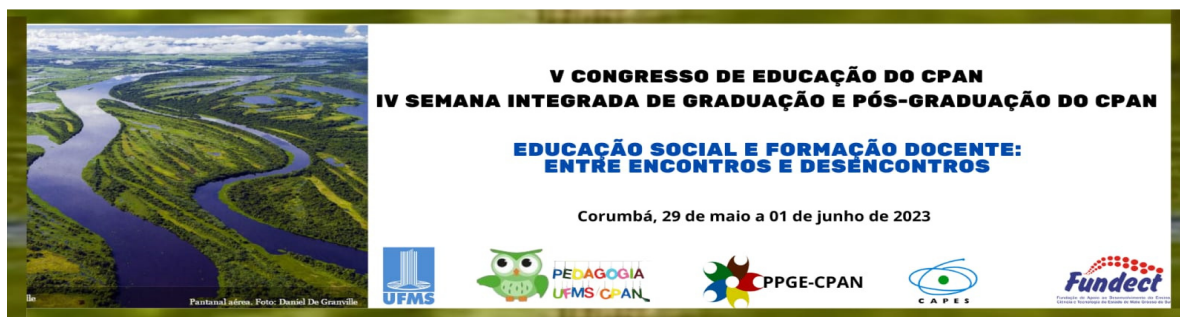
[...] o processo de colonização abarca de forma articulada, mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados de práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores.

É percebido que não podemos desvincular a educação do processo de colonização. Ela vem acompanhada e carregada de um pensamento já colocado e que depois fica exposto nas ações que foram se sucedendo no decorrer desse momento colonizador, e assim criando uma forma de conceber a educação.

No primeiro capítulo da referida obra de Saviani, denominado Colonização e Educação, nos é apresentado que o desenvolvimento da educação colonial não é realizado de maneira única e de uma só vez, mas a Educação colonial no Brasil compreende etapas distintas. O referido autor apresenta justificativas que exibem um leque do porquê Portugal utilizou dessa dinâmica para colonizar o Brasil e como essa dinâmica surtiu efeitos em todos os setores que estavam sendo organizados. Demonstra-se ainda que quanto mais a Coroa investia e se envolvia no processo, mais eles não davam liberdade de ação.

Muito desse movimento de colonização compreendeu então os investimentos na área educacional, sendo que as tratativas internas eram postas diretamente pela relação da nobreza com a burguesia. Saviani (2019, p. 31) nos adverte que,

[...] para compreender esse fato é preciso levar em conta que, embora a expansão tenha enriquecido a burguesia mercantil, seu controle esteve nas mãos da Coroa, que a financiou e a explorou através de monopólio, o que reforçou o parasitismo da nobreza. Como, porém, ao mesmo tempo as conquistas ultramarinas reforçavam as posições econômicas e sociais da burguesia, a nobreza reagiu essa contradição reforçando a ordem feudal pelo uso da Inquisição [...]



Esse jogo de forças, acaba deixando com que não haja a mesma maneira de ver, e de perceber como a conquista das novas terras poderiam impactar num desenvolvimento mais amplo de Portugal, e sim passa apenas para decidir então explorar mais do que investir em uma ampliação das forças e do poder da Coroa Portuguesa.

Apresentamos de maneira sucinta algumas características gerais de cada uma dessas etapas a fim de organizar um panorama desse desenvolvimento. Iniciamos ressaltando que antes de qualquer período determinado e executado por parte dos colonizadores, já existiam civilizações aqui no território que caracterizavam uma Educação Indígena que segundo Saviani (2019, p. 39):

[...] com efeito havia, aí, uma educação em ato, que se apoiava sobre três elementos básicos: a força da tradição, constituída como um saber puro orientador das ações e decisões dos homens; a força da ação, que configurava a educação como um verdadeiro aprender fazendo; e a força do exemplo, pelo qual cada indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares, expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição tribal.

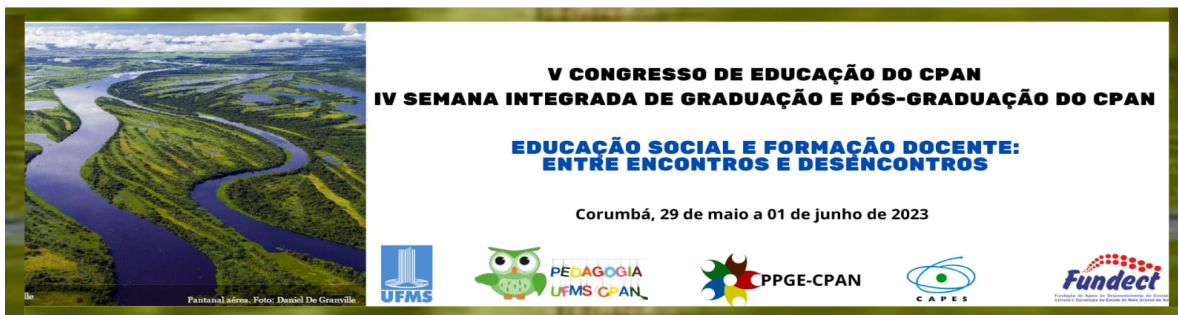
Compreende-se então que os povos indígenas já tinham uma característica educacional que colaborava na manutenção de suas tradições e principalmente da perpetuação de seu povo. Podemos compreender ainda que há uma organização clara e objetivos, mesmo que não com conteúdo historicamente construído, mas com a intenção maior de dar continuidade a história e a cultura de um determinado povo.

Ressaltamos ainda, que foi essa organização educacional indígena que foi uma das primeiras desconsideradas após a chegada dos colonizadores nessa região. Eles, e isso se ouve em muitos canais de informações, acreditavam que estavam encontrando um “novo mundo” e que neste local não existiria nenhuma organização de vida e de seres humanos.

Quanto a essa relação Saviani (2019, p. 39) nos afirma que

[...] é com essa forma de sociedade e esse tipo de educação que vieram a se chocar com os conquistadores europeus. E, para fazer face aos índios, isto é, os habitantes da terra que se pretendia conquistar, eles foram obrigados a acionar formas específicas e intervenção na prática educativa, dando origem ao que estou chamando de “pedagogia brasileira”. E os artífices dessa pedagogia foram, fundamentalmente, os missionários. (grifos no original).

Sabemos que quem comandou os inícios das instruções no Brasil foram as ordens religiosas que vieram juntamente com as frotas portuguesas dentre elas os que mais se



destacaram na organização foram os Jesuítas. Eles é que compreendem a primeira fase que Saviani denomina de período Heroico.

Os primeiros passos para a atuação Jesuíta no Brasil foram elaborados por Nóbrega e ele definiu como gostaria de iniciar esse processo. Quanto a isso, Saviani (2019, p. 43) assinala que

[...] a principal estratégia utilizada para a organização do ensino, tendo em vista o objetivo de atrair os “gentios”, foi agir sobre as crianças. Para isso se mandou vir de Lisboa meninos órfãos, para os quais foi fundado o Colégio do Meninos de Jesus da Bahia e, depois, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente. Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica. (grifos no original).

É evidente que em todos os escritos o que mais movia as questões educacionais nesse momento é a questão da conversão dos “gentios” à fé católica. Não existe nesse momento um caráter pleno educativo, mas na verdade toda a movimentação gira em torno de arrebanhar os que “não tinham fé” e “nem acreditavam em nada”.

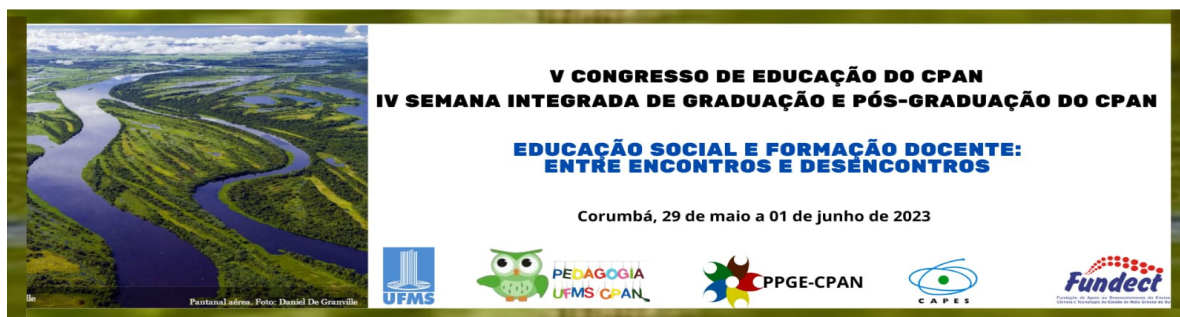
O que podemos indicar ainda é que para tentar alcançar ainda mais esse objetivo de catequização surge então uma nova fase que se chama de período da aplicação do *Ratio Studiorum* que, em poucas palavras, foi um conjunto de regulamentos para dar uniformidade às ações pedagógicas independente da região, uniformizar o atendimento.

Saviani (2019, p. 53) ressalta que,

[...] embora precedida por diversas iniciativas de normatizar o funcionamento dos colégios mediante regras comuns, a primeira versão do *Ratio* foi fruto de uma comissão instituída em 1584 pelo padre Cláudio Aquaviva, eleito geral da Ordem em 1581. Dos trabalhos da comissão, surgiu em 1585, um texto que, submetido à apreciação de Aquaviva, foi editado em 1586 para uso interno e enviado a todos os provinciais.

Assim então que o documento surge e depois de passar em algumas versões se torna um norteador das ações de todo e qualquer organização educativa jesuíta. Saviani ressalta que o código continha 467 regras que eram distribuídas por setores e também por organizações de disciplinas e de momento dentro das ações dos institutos. Em relação ao aspecto educacional e pedagógico, Saviani (2019, p. 58) assevera que:

[...] as ideias pedagógicas expressas no *Ratio* correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como pedagogia tradicional. Essa concepção



pedagógica caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem concebido como constituído por uma essência universal e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que define o ser humano.

Um ponto muito interessante nesse período é que se constitui uma maneira de perceber e de construir conteúdo que vai perpassar muitos e muitos anos. Até hoje, a ideia de uma pedagogia tradicional, pelo menos no Brasil, é umas práxis que nunca foi superada em grandes escalas. Ela, ainda hoje tem muita força em toda organização educacional desse país. As ideias dessa ordem religiosa perduraram objetivamente e diretamente por mais de dois séculos, como sendo a única que funcionava na organização colonial. A partir de 1759 se inicia a denominada Fase Pombalina, quando os Jesuítas são expulsos de Portugal e de suas Colônias.

Saviani (2019) assinala que Pombal tinha em seus pensamentos transformar a educação brasileira para acompanhar o que acontecia em países como a França neste período.

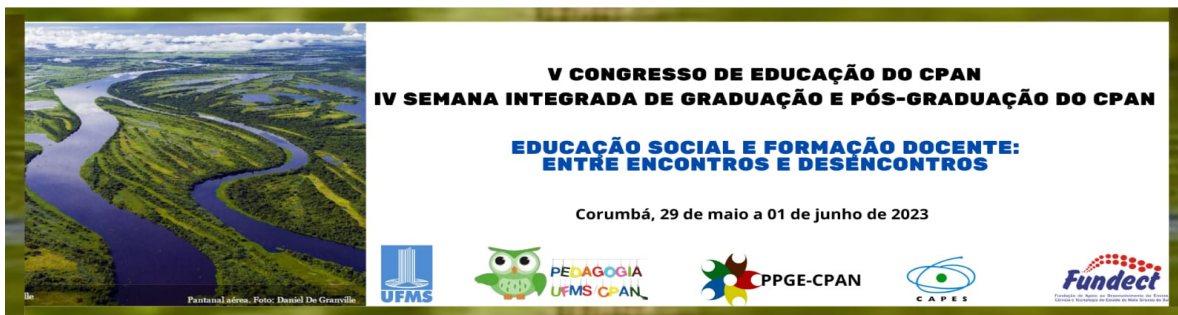
O ideário pedagógico traduzido nas reformas pombalinas visava a modernizar Portugal, colocá-lo no nível do Século das Luzes, como ficou conhecido o século XVIII. Isso significava sintonizá-lo com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista, tendo como referência os países mais avançados, em especial a Inglaterra. Por isso, às medidas de remodelação da instrução pública com a criação das aulas régias de primeiras letras [...] (SAVIANI, 2019, p. 103).

Evidencia-se então que essas reformas estavam de acordo com o atual contexto social e econômico que moldava toda a Europa com suas novas maneiras de enfrentar e de colocar-se no mundo, caracterizando uma inovação também no campo educacional e constituindo uma possibilidade de abandono das antigas estruturas de educação.

Discutir as mudanças realizadas na fase pombalina é, de maneira sucinta, pensar na alteração da configuração e um abandono do primado da educação católica e uma gênese de pensar de fato em uma educação leiga e, com isso, abandonar um pouco a questão da catequização e se preocupar com a formação intelectual.

Saviani (2019, p. 107) então descreve que:

[...] de um lado, o caráter mais qualitativo do que quantitativo que marcou as reformas pombalinas. Estas tinham como objetivo criar a escola útil para os fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiais. Na visão de Ribeiro Sanches, um dos próceres da reforma, tratava-se de instituir umas poucas escolas bem aparelhadas e voltadas para setores estratégicos, antes que multiplicar seu número.



Outro marco dessa mudança foram as aulas régias, introduzidas em Portugal e trazidas para a sua colônia na América ainda na época de 1759,

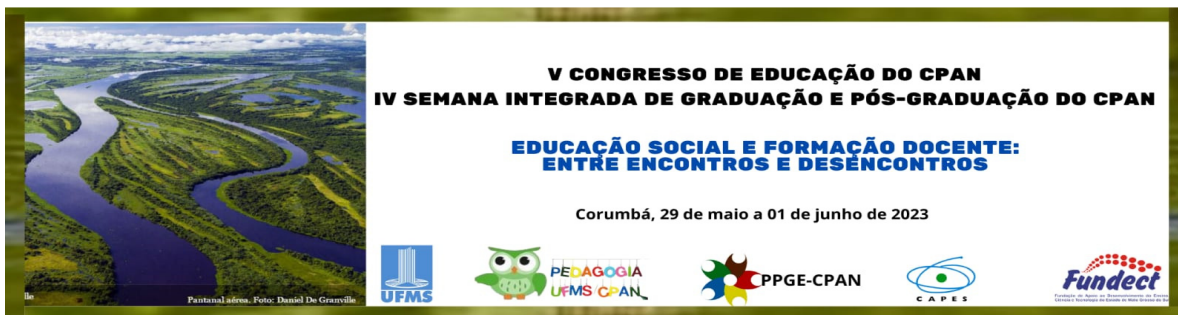
[...] as aulas régias eram sinônimas de escolas que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia” etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si. (SAVIANI, 2019, p. 108).

Percebemos que as aulas régias foram uma maneira clara, mas não com tanta organização, de poder ultrapassar esses limites entre o que era eclesial e o que deveria ser leigo. Cabe agora resgatar alguns pontos que consideramos importantes e que subsidiam as nossas reflexões sobre a constituição da caracterização da Educação no Campo. Quanto mais podemos ressaltar que analisamos, desde os primórdios, que a educação brasileira emerge em um local campesino.

Levantando alguns dados principais, a educação indígena ocorre em ambiente que não é urbano. A natureza e o campo são os locais da aprendizagem, onde as tradições são repassadas e o contato direto com o que é natural é uma das formas de significância para o aprendizado e também para a constituição como sujeito. As escolas construídas e organizadas pelas ordens religiosas, mesmo que tendo uma organização eclesial bem-sucedida e principalmente bem incorporada com o *Ratio*, não acontecem em ambientes urbanos. O público alvo, os gentios eram totalmente campesinos. Moravam no campo e era sua economia de subsistência o trabalho. Isso posto, Saviani (2019, p. 7) destaca que:

[...] as ideias pedagógicas dos jesuítas no período colonial foram consideradas não como meras derivações da concepção religiosa (católica) de mundo, sociedade e educação, mas na forma como se articularam as práticas educativas dos jesuítas nas condições de um Brasil que se incorporava ao império português. Nesse contexto, três elementos entrelaçaram-se compondo um mesmo movimento dialetizado, porém, nas contradições internas a cada um deles e externas que os opunham entre si. Tais elementos são: a colonização, a catequese e a educação.

Quando as reformas pombalinas foram iniciadas, as aulas régias aconteciam em torno de um ambiente puramente rural, visto que a zona urbana no Brasil começa a se constituir muito



depois da própria organização educacional que se estendeu por todos os períodos históricos até o momento.

O que concluímos e sem receio e rodeios é que mesmo sendo uma colônia predominantemente rural, a educação no campo nunca foi prioridade dentro da conjuntura social e política em todos os âmbitos em que se encontravam. Pois pensar em uma educação que valorizasse as pessoas que viviam no campo não era uma maneira de garantir a hegemonia de uma sociedade, na qual quem mantinha o controle eram os grandes proprietários de terras e de bens.

Como nos indica Santos e Vinha (2018, p. 3):

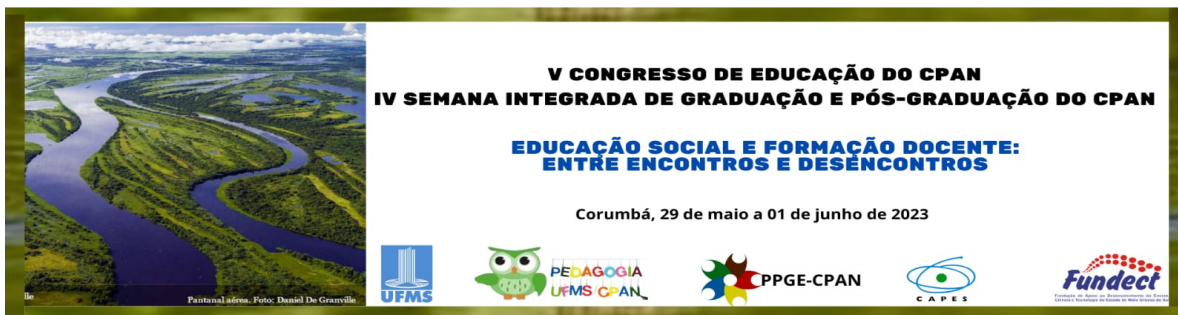
[...] além disso, para que a riqueza chegasse até Portugal, era necessário um serviço braçal em que o homem não precisava ler e escrever, tornando também sua fácil manipulação. Os povos que constituíam o Brasil, índios, mulheres e posteriormente os negros eram pessoas que não tiveram resguardado o direito a educação. A educação no campo, por exemplo, dependia do senhor de terras, pois eles eram parte da elite que havia se formado no nosso país. Então se para eles a educação no campo que viesse atender esses povos não fosse de seu interesse, logicamente não a apoiaria.

É possível afirmar que esse movimento de Educação no Campo está expresso e caracterizado por uma classe dominante e uma classe dominada, sendo que desde o início da história da educação brasileira essa dicotomia acaba sendo levada em consideração muito mais do que a própria expressão de construção de uma educação comum a todos os habitantes do país.

Desde então, esse caráter que aparece na organização da educação no Brasil se manifesta de maneira intensa e excludente como nos afirma Santos e Vinha (2021, p. 02),

[...] a história da educação no Brasil foi marcada por seu caráter seletivo e excludente, que evidenciava a presença de uma elite no qual a educação era meio de controle. Com a invasão europeia, os jesuítas vieram para “educar” os povos nativos brasileiros, implantaram sua cultura de forma que pudessem dominar e para que esses povos não se rebelassem, mantendo-os sobre controle afim de exploração. Somente após os cinquenta primeiros anos de colonização que os jesuítas deram início ao seu trabalho.

Dentro dessa visão e perspectiva, analisamos que a vinda dos portugueses para a colônia brasileira passou a ser vista como um ideário de que as terras novas seriam apenas para a



dominação e não para a perpetuação de todo e qualquer pensamento maior que não fosse a exploração e a aculturação.

Os anos que se sucedem dentro da perspectiva educacional no nosso país, são na verdade uma legitimação de um entendimento de que a educação no campo, continuaria às margens, como por exemplo acontece na Lei de 15 de novembro de outubro de 1827 que promulga,

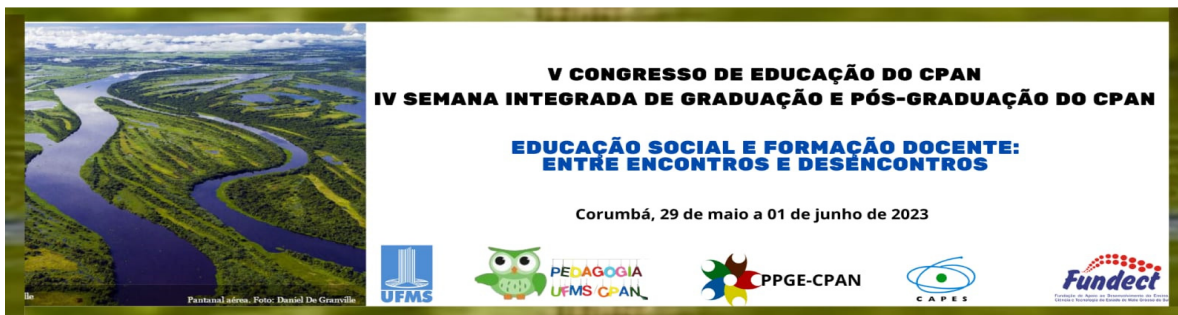
Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembléa Geral para final resolução. [...] Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se. Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. (BRASIL, 1827).

Trouxemos alguns artigos desta lei que abarcam algumas características para a construção do sistema educativo brasileiro. Consideramos que quando indicam “cidades”, “vilas” e “lugares mais populosos” desconsideram os locais mais campesinos, com pouca população e também com poucos subsídios.

Considerações finais

Proceder à retomada dos fatos históricos relacionados ao período colonial é um trabalho que garante que ressaltemos como foi o início da educação escolarizada no Brasil, organizando e trazendo à tona algumas das principais preocupações que se tinham neste tempo. Uma educação em grande medida voltada a divulgação de cunho religioso.

É nesse período que vemos uma organização escolar, em construção, mas que está dentro do ambiente rural, caracterizando-a como educação no campo. Essa organização territorial não foi levada em consideração, visto que a maior parte das instruções vieram prontas e acabadas da Europa, desconsiderando a realidade encontrada.



Sabemos que o termo “Educação no Campo” ganhou forças já no início do século XX por meio da constituição de lutas e organização da reforma agrária, mas pretendíamos olhar por uma lente que fizesse com que não nos esqueçamos que as origens da educação no Brasil foram puramente camponesas. Perceber que no início os indígenas que eram os “donos” da terra passaram por um esquecimento em relação às suas tradições e suas culturas, demonstram e nos fazem reconhecer quando há uma invasão, os conceitos de educação e perpetuação são deixados para o segundo plano.

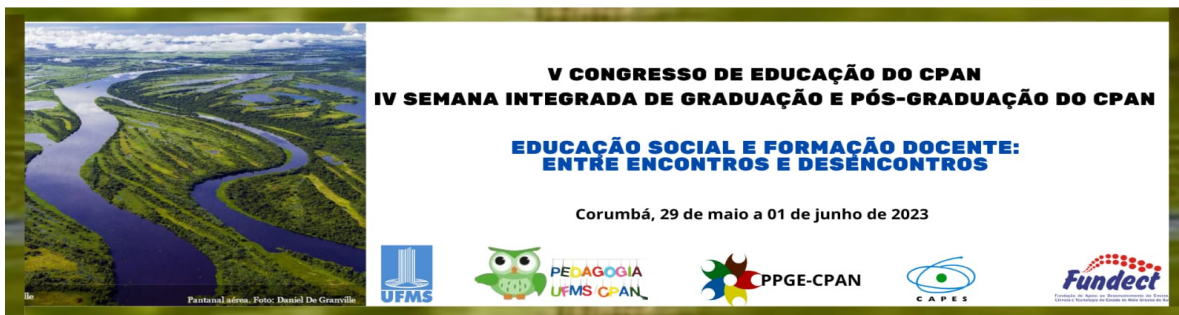
O movimento educacional no período colonial tinha sua vertente de manter a hegemonia portuguesa sobre todos os setores e ganharam força quando os povos que aqui viviam, mesmo que se resistissem, não tinham todos os aparatos para combater e até mesmo sobreviver às muitas exposições a tudo que os dizimavam aos poucos. De todos os períodos o que mais se aproxima de uma visão mais ampla e educativa foi o que acontece com as reformas pombalinas. Percebemos que houve uma tentativa de atribuir uma característica laica à ação de educar e que este objetivo foi alcançado por um período muito curto e até mesmo com um número muito reduzido de pessoas que foram afetadas.

Conforme asseveramos, a educação brasileira começa a surgir no campo, porém queremos reforçar cada vez mais que mesmo surgindo no campo, desde esse início os valores do campo nunca foram levados em consideração. Houve, pelo que percebemos, uma transição de conteúdos já articulados em outras áreas e trazidos para o ambiente rural.

Conhecer as teorias e os períodos da história do Brasil e poder relacioná-los com as vertentes pedagógicas que surgiram e que colaboraram na organização da Educação no nosso país nos dá um parâmetro muito profícuo de como esse movimento histórico influenciou de maneira direta no pensamento educativo.

O período colonial é o que abrange a gênese da nossa organização educacional, ou um ensaio para tal, então poder discutir e discorrer sobre este período nos permite olhar de fato para a primeira e primordial maneira de ver a educação e poder conceber os conceitos e a organização para chegar até a essa consolidação.

Consideramos a educação brasileira como ainda em construção – apesar de possuir uma longa história – o que nos permite olhar com esperanças para uma futura, presente mudança de ação e de práxis pedagógica. Entendemos a questão da educação no Brasil, uma problemática



histórica e também muito atual e cheia de interfaces que vão se definindo no decurso de cada acontecimento marcante.

Referências

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827.

SANTOS, Patrícia; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Educação do/no campo: uma reflexão da trajetória da educação brasileira**, 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/10/12_Patricia_Santos.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. (Coleção memória da educação).

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.